



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 75, DE 2016

Sugere à Comissão de Legislação Participativa a realização de audiência pública com o intuito de debater o tema “Desafios e Obstáculos para a Valorização da Escola Pública”

Autor: Sindicato dos Professores no Distrito Federal – SINPRO-DF

Relatora: Deputada Erika Kokay

I – RELATÓRIO

A presente sugestão do Sindicato dos Professores no Distrito Federal – SINPRO/DF a esta Comissão versa sobre a realização de um debate público para discutir os “Desafios e Obstáculos para a Valorização da Escola Pública”.

O SINPRO justifica essa iniciativa argumentando a importância da reflexão coletiva sobre a educação, principalmente sobre a gestão democrática, o financiamento e valorização dos profissionais, assim como sobre a Escola Pública como espaço de diversidades.

Argumenta, ainda, que a Comissão de Legislação Participativa é espaço adequado para esse debate, uma vez que pretendem avançar em propostas para a Educação apoiados em reflexões, estudos e experiências realizadas no seio da sociedade civil.

É o relatório.



II – VOTO DA RELATORA

Preliminarmente, observa-se que, de acordo com a declaração prestada pela Secretaria desta Comissão, foram atendidos os requisitos formais previstos no Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa.

Estamos de acordo com a realização da audiência pública “Desafios e Obstáculos para a Valorização da Escola Pública no Brasil”, conforme sugerida pelo Sindicato dos Professores no Distrito Federal – SINPRO/DF, uma vez que a matéria é de suma importância, já que envolve a gestão democrática da escola, o financiamento da educação, a valorização dos profissionais, bem como a compreensão da Escola Pública como espaço privilegiado de representação da diversidade regional, cultural e religiosa presente em nosso país.

Entendemos ser justa e pertinente a reivindicação do SINPRO de debater essa matéria com esta Casa, buscando envolver os parlamentares em uma reflexão coletiva que contribua para a readequação das elaborações sobre Educação. Debate esse que poderá gerar subsídios para a atualização da Base Nacional Comum Curricular.

Pensamos que quanto maior participação da sociedade no debate sobre a educação, mais chance a educação brasileira terá de se inserir em um lugar que merece, um lugar de destaque, pois é a política pública mais generosa, a prática mais humana, considerando-se a profundidade e a amplitude de sua influência na existência das pessoas. Ela lida com pessoas e estas carregam suas emoções, sua ancestralidade, seus valores, sua comunidade. E é de responsabilidade do estado, da família e da sociedade, conforme prevê o art. 205 da CF: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Percebemos que as várias polêmicas em torno da educação residem na visão do caráter transformador e humanizador da educação versus uma visão conservadora, que insiste em desumanizar os cidadãos, ferindo sua dignidade. E humanidade é mais que direito, é dignidade humana, que pressupõe o direito à existência pelo fato de ser humano. Se se parcializa a dignidade, pratica-se a discriminação, a desumanização. E não é digno ignorar a riqueza das várias matizes de uma mesma questão; absolutizar o processo educacional; reduzir os educadores e estudantes a seres incapazes de pensar, de exercer a sua humanidade, a sua cidadania.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Educação, como pensava Paulo Freire, não é uma doação ou imposição, mas uma devolução dos conteúdos elaborados pela humanidade e coletados na própria sociedade, que depois de sistematizados e organizados, são devolvidos aos indivíduos na busca de uma construção de consciências críticas frente ao mundo. É educando pela conscientização do “educando” que Freire fundamenta a união entre a educação e o processo de mudança social.

Sendo assim, as pessoas, serem inacabados, tomam consciência do seu inacabamento e busca, por meio da educação, realizar mais plenamente sua personalidade. A partir desta visão torna-se tarefa primordial da educação levar o ser humano o mais próximo possível da perfeição.

Ensinar é, portanto, buscar, indagar, constatar, intervir, dialogar, educar. O ato de ensinar exige conhecimento e, conseqüentemente, a troca de saberes. Pressupõe-se a presença de indivíduos que, juntos, trocarão experiências de novas informações adquiridas, respeitando também os saberes do senso comum e a capacidade criadora de cada um.

Portanto, escola para ser um ambiente favorável à aprendizagem requer uma relação sociedade-professor-aluno de diálogo, que contribua para a curiosidade, a criatividade, o raciocínio lógico, o estímulo à descoberta, valorizando o respeito mútuo.

Assim, a nosso ver, tecnicamente, a Sugestão em tela virá contribuir muito, para que os Parlamentares aprofundem a discussão sobre os “Desafios e Obstáculos para a Valorização da Escola Pública no Brasil” e adotem a melhor posição, caso se exija alguma medida legislativa.

Ante o exposto, entendemos que a audiência pública sugerida será uma oportunidade ímpar para que os especialistas e as entidades sindicais possam esclarecer as dúvidas que os Parlamentares têm a respeito da matéria, além de contribuir com sugestões. Razão pela qual somos **pela aprovação** da Sugestão nº 75, de 2016, com o requerimento anexado.

Sala da Comissão, em 29 de agosto de 2016.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**
Relatora



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº_____, DE 2016
(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública para debater o tema “Desafios e Obstáculos para a Valorização da Escola Pública no Brasil”.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir o tema: “Desafios e Obstáculos para a Valorização da Escola Pública do Brasil”, acatando a Sugestão nº 75, de 2016, do Sindicato dos Professores do DF – SINPRO/DF.

Para a realização do evento, requeremos, ainda, que sejam convidados e convidadas para o debate as autoridades e os/as representantes das instituições a serem informadas posteriormente.

Sala da Comissão, em 29 de agosto de 2015.

Deputada **ERIKA KOKAY**

PT/DF